

Pesquisa desenvolvimento e movimentos sociais de pescadores: experiências no Pará

Wilma Leitão*

Maria Cristina Maneschy**

RESUMO

Neste artigo pretendemos descrever as experiências de trabalhos conjuntos realizados pela equipe de pesquisadores e bolsistas do Museu Paraense Emílio Goeldi e da Universidade Federal do Pará com o Movimento Nacional dos Pescadores -MONAPE, mostrando como o envolvimento de entidades representativas da categoria dos pescadores no processo de construção de conhecimento torna-se a contrapartida dos pesquisadores no fortalecimento de tais entidades e na contribuição para seu desenvolvimento e melhoria de condições de vida dos trabalhadores. Apresentando alguns pontos semelhantes aos pequenos produtores rurais, os pescadores são pequenos produtores mercantis, cuja problemática de sobrevivência esbarra em inúmeras dificuldades, enquanto classes produtoras de "baixa classicidade", excluídos dos benefícios advindos de seu trabalho, e no tocante às condições de produção, não tipicamente capitalistas onde o parentesco e relações sociais são elementos importantes no processo produtivo. Além disso, para grande parte da população ribeirinha na Amazônia, agricultura e pesca são atividades complementares constituindo a base de sua economia. Nesse sentido, entendemos que a discussão sobre desenvolvimento sustentável, deve ir além da preocupação com a conservação biológica dos recursos naturais, mas agir como instrumento de apoio às populações tradicionais para que estas permaneçam buscando sua economia na exploração desses recursos. Ao resgatar os saberes e as "vozes" dos pequenos produtores, a pesquisa coloca-os presentes na discussão e elaboração de políticas de desenvolvimento e de conservação e além de comprometer-se com a compreensão da realidade, a pesquisa deve lançar-se na viabilização da transformação dessa realidade, em benefício daqueles que utilizam de forma tradicional os recursos naturais.

ABSTRACT

This article describes a collaborative research project executed by researchers and fellows of the Museu Paraense Emílio Goeldi (Museu Goeldi) and the Universidade Federal do Pará (Federal University of Para), in regard to their involvement with the National Fishermen's Movement (MONAPE). It is argued that this collaborative effort in raising awareness and knowledge of fishermen associations shows that these organizations serve as counterparts to researchers in strengthening fishing guilds and other institutions. Additionally, fishing organizations contribute towards development

* Departamento de Antropologia da UFPA

** Departamento de Sociologia/UFPA - Projeto RENAS/MPEG

and the improvement of living conditions among fishermen. Fishermen present some characteristics similar to those encountered by rural small-scale producers in that they also market their production (fish) on a micro scale and face a host of problems in terms of being members of a lower socio-economic class. As such, fishermen are excluded from the benefits that would accrue to them from their production. The relations of production encountered in this mode of living is not entirely of a capitalist nature as the process of production often entails interaction between people related by kinship. Moreover, many riverine peoples of the Amazon region practice fishing and agriculture as complementary activities in their subsistence/economic endeavors. In this respect, questions regarding sustainable development should not only address issues of biological conservation; instead, these questions should also embrace supporting traditional populations such that these actors' mode of living can be sustained through the utilization of their natural resources. Research should include the active participation of fishermen in the elaboration of policies for development and conservation, both in terms of salvaging traditional knowledge and hearing the "voices" of rural peoples. In addition to committing itself to the understanding of fishermen's socio-economic realities, research should also engage itself in the transformation of these realities to benefit people who utilize natural resources in a traditional manner.

1. INTRODUÇÃO

A crescente discussão sobre desenvolvimento sustentável vai além da preocupação com a conservação biológica dos recursos naturais, referindo-se principalmente à possibilidade de populações tradicionais permanecerem baseando suas economias na exploração desses recursos, em condições dignas de vida. As pesquisas científicas surgem como instrumentos importantes na consecução desse objetivo, na medida em que podem resgatar os saberes e as "vozes" dos pequenos produtores, colocando-os presentes na discussão e elaboração de políticas de desenvolvimento e de conservação. A pesquisa, além da compreensão da realidade, pode lançar-se na viabilização da transformação desta realidade, em benefício daqueles que utilizam de forma tradicional os recursos naturais.

Tradicionalmente, as Ciências Sociais têm estado envolvidas nas questões políticas de seu tempo colocando-se a serviço das populações estudadas, num compromisso de discussão dos interesses dessas populações. O envolvimento das entidades representativas das categorias no processo de construção de conhecimento torna-se a contrapartida dos pesquisadores no fortalecimento de tais entidades e na contribuição para seu desenvolvimento e melhoria de condições de vida.

Nesta comunicação, pretendemos aliar-nos às inúmeras entidades

e pessoas que têm colocado suas experiências em nome da luta dos pescadores, conjugando trabalhos científicos aos de extensão, sindicalistas e outros que se empenham no desenvolvimento do setor, com prioridade para a pesca tradicional, num compromisso de diálogo e cooperação. Descreveremos aqui as experiências de trabalhos conjuntos realizados pela equipe de pesquisadores e bolsistas do Museu Paraense Emílio Goeldi, da Universidade Federal do Pará e membros do Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE.

Os pescadores são também pequenos produtores mercantis, cuja problemática de sua sobrevivência tem pontos semelhantes ao dos agricultores, enquanto classes produtoras de "baixa classicidade", excluídos dos benefícios dos frutos de seu trabalho, e no tocante às condições de produção, não tipicamente capitalistas onde o parentesco e relações sociais são elementos importantes no processo produtivo. Além disso, para grande parte da população ribeirinha na Amazônia, agricultura e pesca são atividades complementares constituindo a base de sua economia.

2. PEQUENOS PRODUTORES DO MAR¹: especificidades técnicas e políticas

Os pescadores figuram entre os estratos mais pobres dos trabalhadores, em diferentes áreas do mundo. Sem desfrutar da propriedade das áreas de produção ou da garantia de obtenção dos recursos, os pescadores têm seu único patrimônio no trabalho e no conjunto de conhecimentos necessários para realizá-lo com níveis de qualidade de vida bastante baixos (FIRTH 1984, KURIEN 1986, MALDONADO 1986).

No Brasil, o setor pesqueiro há muito é tratado de forma marginal nas diretrizes públicas que orientam o uso dos recursos naturais. No âmbito das ações governamentais, geralmente tem sido tratado como um segmento contíguo à agricultura. Mas, na realidade, a pesca apresenta características que a tornam uma atividade bastante específica.

Inicialmente, devemos observar que a atividade pesqueira se dá em bases praticamente extrativas e os recursos sobre os quais se concretiza é móvel e incerto, sendo mar e peixes um bem comum e de livre acesso transformando-se, neste sentido, em espaço de competição. Outra

¹ Entendemos por "mar", todos os sistemas aquáticos que fornecem recursos para a pesca.

especificidade da pesca é que a apropriação dos recursos não é individual, mas se dá através de práticas sociais tradicionais. Este aspecto marca profundamente as relações de produção na atividade pesqueira, tornando-a um processo caracteristicamente coletivo. Finalmente, tendo em vista a alta perecibilidade do produto da pesca e a ausência quase absoluta de infra-estrutura adequada ao armazenamento, pescadores tornam-se altamente dependentes de um mercado imprevisível e os altos custos de produção geram empecilhos praticamente impossíveis de serem superados sem a participação de recursos públicos.

No contexto institucional brasileiro, pesquisas e políticas têm privilegiado o aspecto bio-econômico das espécies de interesse do segmento industrial, dedicando-se pouco ao conhecimento sobre sistemas de produção e organização social de produtores. Desde a implantação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, em 1962, recursos técnicos e financeiros são destinados à pesca industrial, considerada a solução para a modernização do setor. Após a dissolução dessa autarquia, em 1989, a pesca ficou literalmente "a ver navios". No Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, órgão que incorporou as atividades da SUDEPE, a pesca aparece na estrutura institucional visando objetivos de ordenamento e desenvolvimento da atividade, como utilização e conservação dos recursos pesqueiros, regulamentação da atividade e implantação de infra-estrutura de apoio à produção e circulação do pescado. Na prática, pouco tem sido feito, salvo as atividades que já eram realizadas no âmbito da SUDEPE, como os Grupos Permanentes de Estudo - GPE, ações de fiscalização e instalação de períodos de defeso sobre as espécies capturadas pela pesca industrial². A legislação em vigor que dispõe sobre a pesca é o Decreto-lei N° 221, editado em 1967, que orientou as ações da ex-SUDEPE na implementação da pesca industrial³. Até o momento sem uma redefinição da política de ação, a pesca encontra-se vinculada ao IBAMA e, considerando que a preocupação deste órgão é sobretudo no sentido de conservação de recursos, a questão de apoio à produção pesqueira tem permanecido sem aporte institucional.

Além dos aspectos institucionais e legais, outros fatores concorrem para aumentar as dificuldades da produção dos pequenos pescadores. Em conseqüência da especulação imobiliária que se estende por áre-

² No Pará o IBAMA executa, em cooperação com o governo alemão, o Projeto Iara sobre administração dos recursos pesqueiros do Baixo Amazonas.

³ O referido decreto menciona pesca comercial, científica e amadora.

as tradicionalmente ocupadas por comunidades litorâneas, e a poluição das águas que atinge diretamente pescadores e pescadoras que dependem da pesca e da coleta de mariscos nos manguezais, baías e rios dessas áreas, suas possibilidades de trabalho vêm-se reduzidas.

No Estado do Pará, em particular, além dos aspectos supracitados, pescadores vêm sofrendo diretamente as consequências adversas das políticas de desenvolvimento regional, promovidas a partir dos anos 60, através de incentivos fiscais para a pesca industrial e que estimularam a instalação de um conjunto de empresas voltadas à captura, beneficiamento e exportação de peixes e camarões. Essas políticas, ao restringirem o acesso aos incentivos fiscais a pessoas jurídicas, excluíram desse processo não apenas os pescadores individuais, proprietários de seus próprios equipamentos, como também um conjunto de pequenos armadores e intermediários, com suas estruturas de produção. Além disso, ao operar na lógica capitalista, de maximização dos rendimentos econômicos em um mínimo de tempo, a política de desenvolvimento baseada na pesca industrial passou por cima de saberes e estratégias tradicionais de produção empregados pelos pescadores da região.

As consequências de tais políticas de incentivo, que foram implantadas no País como um todo, longe de refletirem-se no desenvolvimento das condições de vida e trabalho dos pescadores, promoveram, em determinadas áreas, uma pressão sobre os recursos pesqueiros, resultado da intensificação do esforço de pesca que ocorreu sem qualquer base de dados sobre sustentabilidade dos estoques, atingindo os pescadores tradicionais que, dependentes destes recursos e sem terem como mudar suas formas de produção, encontram inúmeras dificuldades para sobreviverem no processo econômico atual.

Ao nos indagarmos, então, o motivo pelo qual a pesca é tratada de forma tão marginal, sem merecer a atenção de políticas voltadas para o apoio à produção pesqueira, teríamos, no mínimo, duas respostas: A pequena produção pesqueira destina-se basicamente ao mercado consumidor de baixa renda. Segundo diagnóstico da SUDEPE, "o pobre come 2.5 vezes mais pescado que o rico e come seis vezes mais pescado do que carne, o que mostra a importância do pescado como alimento para as populações de baixa renda" (SUDEPE 1988). Se consideramos que as políticas brasileiras historicamente privilegiam a produção de alimentos para exportação, sem preocupações com o abastecimento do mercado interno, o caso da pesca não seria uma exceção. Em segundo lugar, além de produzirem para pobres, os pescadores, eles mesmos, estão entre os

mais pobres dos produtores, sem muita tradição organizativa. Em função disso, e relativamente a outros trabalhadores como produtores rurais e operários, quase nunca são citados como participantes no processo de desenvolvimento do País. Ante a pouca organização e representatividade política, os pescadores têm estado afastados de qualquer participação junto aos poderes públicos.

3. AS ENTIDADES DE CLASSE DOS PESCADORES: controle ou representação?

É importante destacar as características *sui generis* de organização dos pescadores, atrelados ao Estado através das Colônias de Pescadores até a promulgação da Constituição Federal, em 1988, a partir de quando esses trabalhadores têm conseguido sair da invisibilidade em que se encontravam e começam a se organizar e participar de movimentos políticos em defesa de seus interesses.

Desde o período colonial os pescadores foram “organizados” pelo poder público e eram encarados como contingente disponível para momentos de guerra. Os pescadores viviam sob grande opressão e eram obrigados a pagar dízimos e impostos excessivos, além de submeterem-se ao monopólio de sal e da comercialização do pescado, sob o controle de representantes do governo e das elites dominantes. Contudo, o fato mais marcante na história da organização dos pescadores foi a criação das “Colônias de Pescadores”, entre os anos de 1919 e 1923, pela Marinha, com o objetivo de controlar pescadores e embarcações, porém sem qualquer participação dos produtores. Regida por portaria ministerial, a estrutura administrativa das Colônias prevê que estas “representem” os pescadores de cada município e reúnam-se sob a Federação Estadual dos Pescadores. A Confederação Nacional dos Pescadores, cujo representante deve ser nomeado pelo ministro da Agricultura, responde por todo o sistema, em nível nacional (LEITÃO 1986, CAMPOS 1993).

Historicamente funcionando como instrumentos de controle e agentes do poder público sobre os trabalhadores da pesca, as Colônias não necessariamente podem ser consideradas como órgão de representação da classe. São raros os casos de pescadores que tenham sido dirigentes de Colônias e Federações. Geralmente algum militar reformado ou funcionário público, quando não um representante de armadores ou comerciantes de pescado, apoderava-se dos cargos de direções, utilizando a

entidade na defesa de interesses bastante distantes e antagônicos aos dos pescadores. Ainda hoje, de 52 Colônias existentes do Estado do Pará, apenas 20 encontram-se dirigidas por pescadores, das quais nem todos comprometidos com a consolidação da organização da categoria. A Federação dos Pescadores do Pará, constitui um desses exemplos, sob a direção de um professor que está na Direção da entidade há 3 mandatos, tendo sido reeleito em maio de 1995, em processo conduzido de forma bastante controvertida. Na realidade, apenas nos últimos anos e através de muita luta, os pescadores têm conseguido resgatar a direção de algumas Colônias e de pouquíssimas Federações.

Seguindo o clima de abertura política no País e com o apoio do Conselho Pastoral da Pesca - CPP, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, os pescadores iniciaram um movimento de conscientização e organização, dando passos significativos no sentido de modificar o quadro de imobilismo que predominava no ambiente de representação da categoria. Desde o início dos anos 80, notadamente em Pernambuco e no Pará, pescadores conseguiram assumir a direção de algumas Colônias (no Pará, trata-se da Colônia de Pescadores Z-20, de Santarém, onde uma chapa de oposição chegou ao poder em 1982). Em 1985 foi realizado, em Brasília, o Seminário da Pesca Artesanal, seguido de duas reuniões, onde foram discutidas as propostas dos pescadores a serem analisadas pela Assembléia Nacional Constituinte, instalada no País em 1987 com vistas à mudança da Constituição Federal. Esse movimento, conhecido como "Constituinte da Pesca", foi o primeiro esforço organizado dos pescadores em nível nacional, que conseguiu incluir as Colônias de Pescadores no Art. 8º da Constituição Federal, que dispõe sobre a livre associação profissional ou sindical (LEITÃO 1986, CAMPOS 1993).

A "Constituinte da Pesca" mostrou a força da organização e plantou as primeiras sementes para a criação do Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE, que tem por objetivo garantir os direitos adquiridos em lei, bem como lutar pelos direitos de todo homem e toda mulher, pescador e pescadora. O MONAPE atua na organização dos pescadores, independentemente da estrutura oficial das Colônias e tem participado e promovido discussões sobre uma política pesqueira adequada ao setor artesanal e sobre medidas de preservação do meio ambiente (CAMPOS 1993).

Diante do pequeno número de trabalhadores envolvidos no processo de organização da categoria, embora reconhecendo a precariedade

do sistema de Colônias enquanto órgão de representação, uma das estratégias do MONAPE tem sido a de apresentar chapas concorrentes às direções dessas entidades, com vistas a fortalecer o Movimento. Visando este mesmo objetivo e também na busca de mais experiência, os pescadores têm participado junto com os produtores rurais, através da Federação dos Trabalhadores da Agricultura, dos "Gritos do Campo"⁴ realizados em Belém, onde buscam juntar suas forças em torno de objetivos comuns, como tem sido na luta pelo acesso a financiamentos do Banco da Amazônia - BASA, o FNO Especial.

4. AS CIÊNCIAS SOCIAIS E OS TRABALHADORES DO MAR: uma interação necessária

No Pará, a maior parte das pesquisas de Ciências Sociais voltadas para as populações pesqueiras surgiu nos anos 70, buscando sobretudo entender as modificações sofridas pela atividade tradicional no âmbito da organização social, em consequência da introdução de novas formas de produção e aumento do mercado consumidor. Tais pesquisas constataram que, apesar das medidas de "desenvolvimento" da pesca empreendidas e que provocaram tais mudanças, o desenvolvimento não se refletiu na melhoria das condições de vida dos pescadores. Ao contrário, a categoria encontrava-se ainda mais dependente do mercado, tanto para a comercialização de seu produto, quanto para a aquisição de insumos, como redes de náilon, gelo, combustível e manutenção para os motores das embarcações (SILVEIRA 1979, PENNER 1984, MELLO 1985, LOUREIRO 1985, FURTADO 1987, FURTADO 1993, MANESCHY 1995).

O aprofundamento de conhecimentos sobre as comunidades pesqueiras, coincidiu com o momento em que se vivenciava o amadurecimento da organização dos pescadores reforçando o movimento de luta pela abertura política e de busca pela cidadania, o que tornou mais favorável a interação entre pesquisa e pescadores. Falando particularmente das pesquisas de Ciências Sociais realizadas no âmbito do Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG e da Universidade Federal do Pará - UFPA, podemos dizer que esta inter-relação deu-se não só como intenção de reforçar a participação política dos pescadores, mas também de promover

⁴"O Grito do Campo" é um movimento que reúne trabalhadores rurais no sentido de pressionar as autoridades para que sejam oferecidas ao homem do campo reais condições para produzir (CAMPOS, 1993).

a interfecundação de conhecimento e prática.

Inúmeros trabalhos realizados em parceria podem ser citados como exemplos de inter-relação de pesquisadores em Ciências Sociais e movimentos de pescadores. Um dos primeiros passos nesse sentido foi o I Encontro de Pescadores do Médio Amazonas, organizado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), realizado em Óbidos, em 1984. Neste encontro discutiu-se de forma mais sistemática os problemas encontrados na região como os conflitos sobre apropriações dos territórios de pesca, envolvendo comunidades ribeirinhas e pescadores “de fora” daquela área (Cf. Carta de Óbidos, publicada em FURTADO 1993). Este evento não só foi palco para discussão dos problemas vividos pela comunidade de pescadores da região, como contribuiu para o próprio movimento social, favorecendo reflexões mais amplas sobre seus problemas imediatos e construção de instrumentos mais eficazes de luta. O evento serviu também para fortalecer a interação entre pesquisadores e pesquisados. Ao mesmo tempo que representou uma forma de difusão de resultados de pesquisa⁵ teve, como consequência imediata, a realização, em Belém, do I Seminário Sobre Pesca Artesanal, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará - IDESP, reunindo pesquisadores interessados na temática. O Encontro de Óbidos abriu um duplo caminho: a) pescadores passaram a participar nas reuniões de técnicos e cientistas e, b) pesquisadores passaram a participar nas reuniões e outros eventos promovidos pela categoria.

Em 1993, na III Reunião Regional de Antropólogos Norte/Nordeste, realizada em Belém, foi incluída no Grupo Temático Estudos de Populações Haliêuticas⁶ uma mesa redonda intitulada “Os pescadores e a política”, em que fizeram parte representantes da FEPA e MONAPE. A discussão iniciada neste Grupo apontou para a necessidade de um encontro específico para refletir sobre políticas pesqueiras. Foi então realizado no Museu Paraense Emílio Goeldi o “Workshop Política Pesqueira para o Estado do Pará: Discussão e Sugestões”, em junho de 1993. Durante três dias, os principais temas que afetam o setor foram discutidos pelos representantes de entidades de pesquisa e responsáveis pela elaboração e execução de políticas para o setor pesqueiro na Amazônia. Os resultados desse evento encontram-se no documento final da reunião, que foi encaminhado ao Governo do Estado e ao Ministério do Meio

⁵ Tese de Doutorado da pesquisadora LOURDES GONÇALVES FURTADO, do Museu Paraense Emílio Goeldi.

⁶ O Grupo de Trabalho foi coordenado pela Dra. LOURDES GONÇALVES FURTADO.

Ambiente (FURTADO et al 1993).

Confirmando esta perspectiva de apoiar o processo de organização e mudança nas comunidades de pescadores, cientistas sociais que desenvolvem suas pesquisas no Pará, notadamente no MPEG e na UFPA, têm-se empenhado em realizar um trabalho interativo com as organizações dos pescadores, procurando responder a demanda dessas organizações. Tal dimensão é evidente nos objetivos do Projeto RENAS ("Recursos Naturais e Antropologia das Sociedades Ribeirinhas, Lacustres e Costeiras da Amazônia: estudos das relações do homem com seu meio ambiente") desenvolvido no Departamento de Ciências Humanas do MPEG, envolvendo pesquisadores e bolsistas das duas instituições.

Encontra-se ainda dentro desta preocupação o Projeto Etnografia dos Conflitos, desenvolvido pelo MPEG em colaboração com o Projeto Iara/IBAMA, que analisa as "Leis de Pesca", praticadas pelos pescadores no Baixo Amazonas⁷ Essas "leis" surgem da reflexão acerca dos impactos sofridos pelas populações ribeirinhas e concretizam a elaboração comunitária sobre a conservação dos recursos pesqueiros, desempenhando o papel do ordenamento pesqueiro que deveria ser desenvolvido pelos órgãos governamentais. Tais "leis" revelam a multiplicidade de estratégias e lógicas encontradas como respostas pelos pescadores, em contraposição à homogeneização das portarias e decretos oficiais de defesa e de proibições de pesca.

Ao mesmo tempo que se abre espaço para os pescadores nas reuniões técnico-científicas, cresce também a participação de pesquisadores no movimento de organização da categoria. Desde sua criação, em 1988, o MONAPE instituiu um Comitê de Assessoramento Técnico, com o objetivo de reunir especialistas de diversos setores, atuando em diferentes Estados. Anualmente o Comitê reúne-se com a diretoria do Movimento, para discussão das diretrizes adotadas pelo movimento e dos procedimentos para o desenvolvimento e realização das ações, tanto do Movimento quanto dos técnicos. Nas reuniões, são discutidas as atividades e demandas do Movimento, para realização de pesquisas, estudos, cursos, levantamentos documentais, gerando inclusive como produtos dissertações de mestrado e Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação (TCC).

Um dos frutos concretos desta colaboração, foi o Protocolo de

⁷Outros exemplos dessas "leis de pesca" podem ser encontrados nos municípios do baixo Tocantins. E por tratar-se de assunto bastante polêmico tem gerado relativa produção científica (MCGRATH 1993, FURTADO 1994, ARAÚJO 1994)

Intensões⁸ assinado entre MONAPE e MPEG, cujo objetivo é promover a cooperação técnica e científica, através de consultoria de planejamento, estudos de viabilidade técnica, emissão de pareceres, análise, acompanhamento e avaliação de programas e projetos de pesquisa, além de apoio operacional nas necessidades de ordem técnica e administrativa como por exemplo, colaboração em consultorias científicas, assessoria de comunicação e jurídica.

Pesquisadores do Museu Goeldi e da Universidade participam também nas diversas reuniões promovidas pelo MONAPE, seja como palestrantes, consultores, apoio ou mesmo observadores, oportunidades em que não só colaboram na organização dos eventos, como também coletam dados para suas pesquisas. Tal integração consolidou-se, sobretudo, a partir do I Encontro Nacional de Mulheres Pescadoras, promovido pelo MONAPE e realizado em agosto de 1994, em São Luís-MA (MANESCHY et al 1994). A idéia básica desse Encontro, cujo objetivo foi incitar a maior participação das mulheres nas lutas pela sobrevivência das comunidades de pescadores, partiu de uma diretriz do Coletivo Internacional de Apoio aos Trabalhadores da Pesca (ICSF), reconhecendo o papel primordial dessa participação e, ainda, a necessidade de se atacar os problemas que as mulheres enfrentam nas tarefas que desempenham relacionadas à pesca. A participação neste evento foi importante como estímulo à produção científica, pois além de gerar dados sobre o papel da mulher na pesca e difundí-los entre as participantes, foi possível apreender a real dimensão do problema colocado pelas mulheres e pelo movimento. Destaque para o fato que a solicitação de participação das pesquisadoras surgiu no âmbito do MONAPE e originou um projeto, financiado pelo ICSF e que envolve pesquisa e organização das mulheres. Como resultado desse projeto foi realizado em Belém, em outubro de 1995, um Encontro de Mulheres, organizado pelo MONAPE e com o apoio da UFPA e MPEG, onde foram discutidos problemas de aposentadoria e previdência social. Os problemas levantados nesses dois eventos não são exclusivos das mulheres, estando muitas vezes ligados às próprias condições de vida dos pescadores, como é o caso da poluição ambiental, da sobreexploração dos recursos do mar e da especulação imobiliária em povoados pesqueiros. É importante destacar que, também nessa questão específica, o movimento de pescadores reconhece a necessidade inelutável de:

⁸ Documento assinado em 10 de junho de 1994.

- estudar a história do papel das mulheres na pesca (a divisão sexual do trabalho) e registrar suas lutas contra a marginalização, quando isso ocorre;
 - documentar o impacto das atividades de desenvolvimento sobre as mulheres na pesca, sob a égide do Estado e do setor privado.(...)
 - documentar o papel das mulheres na pesca através de observações de campo e a criação de uma bibliografia a esse respeito.”
- (NAYAK e QUIST 1994)

Torna-se, portanto, imperativo que sociólogos, antropólogos, economistas e cientistas políticos, produzam estudos nesse campo, necessariamente vinculados às perspectivas do movimento social de pescadores. A recuperação do “lado feminino” da pesca, através de pesquisas que tornem viáveis as múltiplas formas pelas quais o trabalho da mulher, assim como o das crianças, relaciona-se à economia pesqueira como um todo, cobre uma lacuna no conhecimento sócio-antropológico dessas populações. Revelar o trabalho feminino nas populações pesqueiras apresenta, também, uma dimensão política, ao lançar luzes sobre formas de exploração do trabalho menos aparentes, mas não menos eficazes, na maioria das vezes dissimuladas por representações de que as atividades de mulheres e crianças são menos importantes que as dos homens, que se realizam no espaço público.

Considerando tais aspectos, entendemos que a pesquisa científica comprometida com o desenvolvimento deve desempenhar o papel de reforçar o aspecto político da participação dos pescadores nas iniciativas governamentais para o setor pesqueiro, tanto no que se refere à administração dos recursos, quanto na definição de diretrizes e aplicação de políticas voltadas para o setor. Na medida em que percebe as mudanças ocorridas nas sociedades pesqueiras tradicionais, não são sob aspectos econômico e tecnológicos, mas também mudanças sociais e culturais, a pesquisa contribui para evidenciar os diferentes fatores conflitantes nas populações pesqueiras, envolvendo-as na compreensão política de sua realidade e de seus problemas.

A discussão dos resultados entre pesquisadores e pesquisados, de forma clara e em todas as fases da produção de conhecimento, propicia a compreensão mais abrangente de seus problemas, suas implicações sociais e políticas e, desse modo, promove a discussão mais objetiva de suas reivindicações. Sem se transformar em “trombetas de salvação”, a pes-

quisa, através dos problemas que elege, nos métodos de investigação e na orientação do conhecimento científico, deve assumir uma atitude conscientemente comprometida com os sistemas sócio-culturais das populações estudadas. Na perspectiva da pesquisa participante:

“[...] essas ciências seriam postas a serviço da causa popular, como um esforço de conter a dominação imperialista e a exploração oligárquica tradicional, por um lado, e, por outro, como meio de afiançar e dinamizar as organizações autenticamente populares, equipando-as ainda melhor para atingirem seus objetivos” (BONILLA 1985).

Quando a produção de conhecimento se dá comprometida com a prática social e política, o saber produzido torna-se patrimônio também do grupo pesquisado, na medida em que este interpreta e propõe mudanças nas estruturas, modificando seu comportamento diante delas. É claro que mudanças estruturais exigem soluções complexas, mas a participação direta dos pequenos produtores na investigação científica, tende a contribuir para a produção de teorias mais ágeis e mais realistas, capazes portanto de pressionar o poder público para que as decisões sejam tomadas baseadas nessas análises mais relevantes, porque participativas. Assim, além de incentivar o processo de reflexão e análise sobre sua realidade e a organização dos produtores em torno da solução dos problemas analisados, a pesquisa deve contribuir também na divulgação dos resultados junto aos canais de decisão abrindo espaços para a articulação entre produtores e planejadores. A participação de pesquisadores na discussão das reivindicações dos pescadores para ações governamentais de desenvolvimento confere-lhes cientificidade e, numa visão mais técnica que messiânica, consegue dar visibilidade aos produtores.

Além do crescimento do nível de organização das comunidades, esta ação contribui igualmente para a compreensão por parte de técnicos e administradores das instituições governamentais, das vantagens de uma ação integrada e mais participativa nos programas de incentivo à atividade pesqueira artesanal e à preservação dos recursos naturais (LEITÃO, 1990).

Deve-se destacar também o importante papel do pesquisador no estreitamento dos laços entre organizações de pescadores e organizações ambientalistas, favorecendo e fortalecendo os mecanismos de pressão que tais instituições podem ter sobre os órgãos governamentais. Dessa

forma, os resultados da pesquisa podem ser utilizados politicamente, em ações que beneficiem os produtores assegurando sua participação nos planos de administração dos recursos pesqueiros e na preservação de sua atividade econômica tradicional, descentrando a discussão apenas dos recursos pesqueiros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nem sempre foi fácil participar de reuniões e encontros de pescadores, tendo em vista a resistência não exatamente dos pescadores, mas de algumas entidades de apoio que não aceitavam a participação de pesquisadores, talvez por não entenderem que se tratava de um trabalho complementar ou identificando a pesquisa como um componente de dominação. Mas junto com a abertura política, surgiu também um maior entendimento por parte dos produtores da necessidade da pesquisa caminhando junto com a organização de sua categoria.

Por outro lado, entendemos que a participação dos pescadores nas pesquisas não deva ser vista numa perspectiva demagoga ou moralista, mas sobretudo como recurso epistemológico, i.é., como elemento fundamental na produção de conhecimento sobre a realidade. A participação dos pescadores é fundamental na metodologia e na construção do conhecimento sobre a pesca, na medida em que eles orientam seus principais interesses para serem analisados nas pesquisas.

A pesquisa pode revelar, por exemplo, que as decisões tomadas pelas organizações de pescadores são muitas vezes portadoras de importância e significação teórica, como no caso das "leis de pesca". O tema, assim, se justifica na medida em que amplia a perspectiva de análise do pesquisador, que se dedica a estudar um fato diretamente presente na realidade dos pescadores. Ressaltando a importância desta base *in loco* nas tomadas de decisão do poder público, FURTADO (1994) destaca que as "leis de pesca" devem ser tomadas como os indicadores de estratégias regionais de preservação ambiental, visto que expressam a reflexão dos pescadores sobre um determinado problema que busca ser resolvido com bases no seu saber empírico.

Todavia, não é evidente que os esforços de pesquisadores e pesquisados encontrem eco junto aos órgãos tomadores de decisão. MANESCHY (1990) registra apropriadamente os limitados meios que o pesquisador dispõe, no curto prazo, para exercer pressão sobre o Poder

Público na reorganização da política pesqueira e interferir no desenvolvimento do setor. Porém, é de suma importância perceber, na realidade estudada, as incompatibilidades entre as ações públicas e os interesses da categoria. Promover o debate dessas questões entre os pescadores pode, portanto, desvendar as diretrizes intersticiais e apontar caminhos mais adequados para orientar suas reivindicações na tentativa de diminuir a distância entre o proposto pelos programas oficiais e o que é reivindicado pelos produtores.

Por conseguinte, as articulações entre pesquisadores, técnicos, tomadores de decisão e o movimento social dos pescadores, configura-se como uma ferramenta indispensável, num duplo sentido. Em primeiro lugar, como parte do próprio processo de construção do conhecimento da realidade social, em sua dinâmica. Em segundo lugar, para a busca consequente do desenvolvimento sustentável das populações tradicionais, objetos e sujeitos das pesquisas. Encaramos, assim, esta via de mão dupla, não apenas como forma que nos permite atuar mais diretamente nos projetos de transformação da realidade, mas transformando-nos, nós mesmos, enquanto pesquisadores beneficiados com uma percepção mais rica da realidade social e, portanto, com maior competência em nosso domínio profissional e enquanto cidadãos.

É importante precisar que, apesar dos avanços ocorridos nesse sentido, das intenções firmadas e das ações empreendidas, há ainda um longo caminho a percorrer a fim de que as pesquisas sociais encontrem maior ressonância na realidade concreta, contribuindo para mitigar os problemas vividos pelos pescadores no estado do Pará. Dentre os obstáculos que enfrentamos no dia a dia de nossos estudos destacamos, além da falta de recursos, o reduzido tempo disponível para a permanência em campo, devido às tarefas paralelas que os pesquisadores devem assumir, notadamente no ensino e na administração acadêmica, incluindo a gestão de projetos. O acurado trabalho de campo é fator indispensável para maior profundidade e alcance nos estudos e para a necessária articulação com os movimentos sociais.

Deve ser sublinhada, ainda, a insuficiente interação alcançada, até o presente, com pesquisadores de outras áreas do conhecimento científico, notadamente Biologia Marinha, Ecologia, Engenharia de Pesca, Botânica, Geologia e, também, com colegas de uma área vizinha das Ciências Sociais, a Economia. Sem sensibilidade para a importância da interdisciplinaridade, cada pesquisa desenvolve-se dentro da lógica de sua especialidade científica sem necessariamente se darem conta da

multiplicidade de aspectos de como a realidade se apresenta. Exemplos concretos que exigem uma abordagem multidisciplinar podem ser citados como é o caso da intensidade atual da captura de caranguejos nos manguezais e a ameaça à reprodução do recurso, bem como a "racionalidade" e capacidade de permanência e evolução da pesca artesanal. Cabe notar que os projetos atualmente em curso, como o RENAS, têm como preocupação central a integração de diferentes disciplinas em interface no estudo das populações pesqueiras, entendendo que somente a abordagem interdisciplinar pode nos fornecer uma dimensão mais realista da questão estudada.

A problemática da relação entre pesquisa-desenvolvimento e política institucional é, evidentemente, muito mais abrangente do que podemos discutir no âmbito deste artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, R. Manejo ecológico, manejos políticos: observações preliminares sobre conflitos sociais numa área do Baixo Amazonas. In: D'INCAO, M. A, SILVEIRA, I. M. A amazônia e a crise da modernização. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. pp. 301-308. (Coleção Eduardo Galvão).
- BONILLA, V. Causa popular, ciência popular: uma metodologia do conhecimento científico através da ação In: BRANDÃO, C. R. org. Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense. 1985. pp.131-157.
- CAMPOS, A. J. T. Movimentos sociais de pescadores amazônicos. In: FURTADO, L., LEITÃO, W., MELLO, A. F. orgs. Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. pp.231-242. (Coleção Eduardo Galvão).
- FIRTH, R. 1984. Roles of women and men in a sea fishing economy: Tikopia compared with Kelantan. In GUNDA, Bela. ed. The fishing culture of the world. Budapest: Akadémiai Kiadó, 1984. pp.1145-1170.

FURTADO, L. G. Curralistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987. 336p.

_____. Pescadores do Rio Amazonas. Um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. 486p. (Coleção Eduardo Galvão).

_____. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D'INCAO, M.A, SILVEIRA, I. M. A amazônia e a crise da modernização. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. pp. 67-74 (Coleção Eduardo Galvão).

_____. LEITÃO, W., MELLO, A. F. Orgs. Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. pp. 277-292. (Coleção Eduardo Galvão).

KURIEN, J. Fishworkers participation in Fisheries Development and management - a third world perspective. In: CONFÉRENCE INTERNATIONALE SUR LES PÊCHES. Actes. Rimouski: Groupe d'Étude des Ressources Maritimes/UQAR, 1986. pp.1139-1144.

LEITÃO, W. Participação e manejo dos recursos pesqueiros: contribuição das ciências sociais. In: Populações humanas, rios e mares da Amazônia. Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil, 4º. São Paulo: USP/Programa de Pesquisa e Conservação de áreas úmidas no Brasil, 1990. pp.172-178.

_____. Organisation e mobilisation des pêcheurs au Brésil. In: CONFÉRENCE INTERNATIONALE SUR LES PÊCHES. Actes. Rimouski; Groupe d'Étude des Ressources Maritimes/UQAR. 1986. pp.371-379.

LOUREIRO, V. R. Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia. Belém: CNPq/ Museu Paraense Emílio Goeldi, 1985. 227 p.

McGRATH, D. et al. Manejo comunitário da pesca nos lagos de várzea do Baixo Amazonas. In: FURTADO, L., LEITÃO, W., MELLO, A. F. Orgs. Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. pp.213-229. (Coleção Eduardo Galvão).

MALDONADO, S. C. Pescadores do mar. São Paulo: Ática, 1986. 77p. (Série Princípios, 71).

MANESCHY, M. C. A. Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada. Belém: UFPA, 1995. 167p.

_____. Pesquisa social e desenvolvimento no setor pesqueiro artesanal no Pará: reflexões a partir de uma experiência. In: Populações humanas, rios e mares da Amazônia. ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR NO BRASIL, 4º. São Paulo: USP/Programa de Pesquisa e Conservação de áreas úmidas no Brasil, 1990. pp.125-135.

_____. ALENCAR, E., NASCIMENTO, I. H. Pescadoras em busca de cidadania. In: ENCONTRO AMAZÔNICO SOBRE MULHER E RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO, 1º. 17 a 19 de nov. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA. Depto. de Ciência Política. 1994.

MELLO, A. F. A pesca sob o capital. A tecnologia a serviço da dominação. Belém: UFPA, 1985. 296p.

NAYAK, N., QUIST, C. Rapport final du Programme " les femmes dans la pêche" (janvier 1993 - mars 1994). Madras. 1994. 33p.

PENNER, E. A dialética da atividade pesqueira no nordeste amazônico. Belém: UFPA, 1984. 158p.

SILVEIRA, I. M. Quatipuru. Agricultores, pescadores e coletores em uma vila amazônica. Belém: MPEG, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1979. Publicações Avulsas n° 34.

SUDEPE. O setor pesqueiro no Pará - diagnóstico. Belém: Coordenadoria Regional no Pará e Amapá. 1988. 82p. pp. 44